

AS UNIVERSIDADES DA TERCEIRA IDADE EM PORTUGAL: DAS ORIGENS AOS NOVOS DESAFIOS DO FUTURO

I

Neste texto¹, usarei deliberadamente a designação “Universidade da Terceira Idade” (UTI) para me referir de um modo genérico às instituições que se dedicam a dar resposta à procura de ensino informal em variados domínios e à procura de actividades recreativas ou outras por parte da nossa população sénior, apesar de não ignorar a polémica que o termo “universidade” tem suscitado nalguns meios e de ter em mente a necessidade de pensar a sua adequação à realidade actual também em termos linguísticos.

O facto de não ser consensual o termo “universidade”, que ocorre no sintagma “universidade da terceira idade” – sintagma a que já ousou chamar fixo por força do uso que lhe é conferido pelos falantes –, pode explicar a razão pela qual alguns já tenham optado pela designação “academia”, outros pela designação “instituto” e outros ainda pela designação “associação”, normalmente seguidas do epíteto “cultural”, evitando-se assim o recurso à palavra “universidade”. É bem provável que estas outras designações já traduzam sensibilidades particulares no tocante à missão das instituições em questão, missão que é efectivamente distinta da das universidades tradicionais e que conviria deixar também clara em termos linguísticos. Acrescentaria contudo que a utilização do termo “universidade” no caso das UTI, um pouco metafóricamente em meu entender, foi já objecto de uma leitura/atenção particular, se não de uma preocupação, no início dos anos 80 do século passado quando, por legislação datada de 1982, “O Ministério da Educação

¹ Este texto foi apresentado, na sequência de um convite, na Conferência “Envelhecer em Saúde”, organizada pelo Centro de Investigação em Educação Contínua de Adultos (CIECA) e pela Universidade Sénior de Almeirim (USAL), no âmbito do Projecto *Learning in Senior Age* (LISA), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 8 de Agosto de 2003.

[refere que] permite o uso da denominação «Universidade» desde que as UTI se comprometam a não atribuir nenhum tipo de certificados ou grau académico dos cursos ministrados (DL n.º 252/82 de 28 de Junho).”². Salvaguardavam-se assim usos distintos de um lexema que normalmente era atribuído a uma realidade completamente diversa e com uma missão totalmente diferente. Por outro lado, a 20 de Março de 2003, no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores* (Almeirim e Santarém), foi-me dado observar que ainda hoje se discute a dificuldade de legalizar instituições/associações que se intitulem “Universidades da Terceira Idade”. Consequentemente, a polémica continua a revestir-se de actualidade.

Por outras razões, começa também a ser presentemente objecto de crítica a expressão “terceira idade”. Não supreenderá, por isso, que se verifique nalguns casos a sua substituição por “sénior” ou por “para todos”. Esta substituição revela-se, de facto, da maior oportunidade atendendo a que já não são só as pessoas com 65 anos e mais que recorrem ou procuram estas instituições mas também pessoas que apresentam idades que rondam os 50 anos.

Se bem que “[a]s UTI funcion[e]m todas fora do sistema escolar, mantendo-se fiéis aos princípios básicos da aprendizagem informal.”³, é bem provável que a sua procura por parte de um público adulto mais jovem do que o público responsável pela sua designação motive alterações nos seus modos de actuar de forma a ir ao encontro de interesses que podem diferir daqueles normalmente manifestados pela terceira idade. A idade é uma variável, entre outras, que nos leva a considerar que as ofertas das UTI não podem ser uniformes; os seus modelos/projectos não só acabam por diferir de país para país mas também, dentro de cada país, de região para região em função de diferentes variáveis. E este ajustamento de projectos às condições particulares das populações revela-se, na minha opinião, a chave de sucesso destas instituições.

No estudo intitulado “Caracterização das UTI’s”⁴, pode ler-se na página 3: **“As Universidades da Terceira Idade (UTI) surgiram na década de 70 em França.**

² Cf. informação disponível na web em <http://planeta.clix.pt/usal/uti.htm>, secção *Universidades da Terceira Idade*, p. 1 de 5, visitada em 21 de Fevereiro de 2003

³ *Id.*, *ibid.*

⁴ Estudo realizado pela Universidade Sénior de Almeirim, na pessoa do Dr. Luís Jacob, distribuído no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores* (Almeirim e Santarém, 20 de Março de 2003).

[...] Este movimento rapidamente alastrou ao resto da Europa, chegando a Portugal em 1976. Ultrapassou oceanos e chegou à América nos anos 80.”⁵

As causas para a criação deste tipo de instituições são naturalmente de várias ordens. Salientaria porém como causa principal o envelhecimento da população e suas repercussões na adaptação a novos estilos de vida depois da cessação das actividades exercidas até à aposentação.

Uma primeira leitura da passagem acima transcrita levar-nos-ia porventura a inferir que Portugal vivia nos anos 70 do século XX uma realidade sócio-cultural tão semelhante à França que só teriam sido necessários três anos para concretizar um projecto que se pretendia “próximo” do francês⁶. Efectivamente, em 1973 é criada em Toulouse a primeira UTI e, de acordo com a literatura, não foram precisos mais de sete anos para que se estabelecessem 52 UTI em França⁷. Aprofundando um pouco mais os dados avançados, posso acrescentar que foi o Prof. Pierre Vellas (da Universidade) de Toulouse que, em 1973, conforme refere Lemieux⁸, “eut l’idée courageuse de mettre les services de l’université à la disposition des retraités.” Segundo a mesma fonte, esta UTI correspondia no seu início a um departamento da unidade de ensino e de pesquisas da faculdade de ciências sociais e tinha como objectivo o estudo dos problemas médicos, sociais e psicológicos dos idosos⁹. Por outros termos, num primeiro momento, estava em causa uma colaboração entre os estudantes da terceira idade e os pesquisadores jovens da universidade. Como prossegue Lemieux¹⁰: “Il s’agit donc [...] d’une sorte de *jumelage* qui, en dépit du fameux conflit de générations, s’est avérée très féconde.” Este primeiro projecto deu origem, no entanto, talvez mais rapidamente do que se esperava, a um modelo

⁵ Em *Universidades da Terceira Idade*, disponível na web em <http://planeta.clix.pt/usal/uti.htm>, p. 1 de 5, secção visitada em 21 de Fevereiro de 2003, lê-se ainda a este propósito na continuidade do transcrito “[...] chegando a Portugal em 1976 com a criação da Universidade Internacional da Terceira Idade de Lisboa pelo Dr. Herberto Miranda.”

⁶ Ora, este projecto português datado de 1976, de acordo com LEMIEUX, A. – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité*, Montréal, Éditions Nouvelles, 2001, p. 43, terá sido desenvolvido graças à influência da *Association Internationale des Universités du Troisième Âge* (AIUTA) e, ainda seguindo a mesma fonte, “n’était qu’un super-club géré par une famille très cultivée, mais n’ayant pas de contacts avec la structure universitaire du pays.” (p. 43). Dito de outra forma, tratava-se de um projecto que não mantinha quaisquer contactos com a estrutura universitária do país, diferentemente do que se teria passado noutros casos.

⁷ Cf. LEMIEUX, A.; BOUTIN, G.; SÁNCHEZ, M.; RIENDEAU, J. – *The faculties of education in the traditional universities and the third age universities: A model of partnership*. Versão policopiada, 2003, 9 pp. (p. 2).

⁸ LEMIEUX – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité...*, p. 27.

⁹ Cf. *id.*, *ibid.*

¹⁰ Cf. *id.*, *ibid.*

que passou também a integrar cursos, conferências e outras actividades de toda a ordem tendentes a ir ao encontro da procura entusiasta que se verificava por parte das pessoas de idade¹¹.

Apesar de me ter sido solicitado que falasse das UTI portuguesas, afigurou-se-me oportuno lançar um olhar rápido sobre o país-berço das UTI, isto é, a França, antes de abordar o nosso caso para podermos operar algumas comparações. Sem ir muito a fundo no domínio para o qual pretendo chamar a atenção, gostaria de lembrar que, no que toca à França, a generalização da escolaridade obrigatória passou a ser um facto na III República¹². Não será, por isso, difícil imaginar o nível de literacia ou, se assim o entenderem, de escolaridade da população francesa nos princípios da década de 70 do século passado e também não será difícil entender/explicar a existência de uma sensibilidade particular para dar resposta às necessidades culturais e sociais dos franceses que apresentavam então 65 anos de idade ou mais e que seriam por certo proporcionalmente mais numerosos do que os portugueses da mesma idade existentes à época.

Relativamente a Portugal, pode avançar-se que em 1972 existiam 34 idosos para cada 100 jovens com menos de 14 anos de idade¹³. Em termos de natalidade, o nosso país apresentava em 1960 a mais alta natalidade da Europa. Mas, em 1999, já se encontrava abaixo da média¹⁴. Estes dados ajudam a compreender que existam, em 1998, 90,3 idosos para cada 100 jovens com menos de 14 anos e que, em 2001, tendo sempre em consideração a população total em Portugal, a percentagem de idosos a partir dos 65 anos tenha ultrapassado a percentagem da população até aos 14 anos de idade (16,4% vs. 16%)¹⁵. Dito de outra forma, distintamente do que se passava nos anos 70 do século findo, estamos hoje perante um claro envelhecimento da população com todas as suas consequências.

No tocante à escolaridade, que poderemos dizer do nosso nível de escolaridade em 1976, ano da criação da primeira UTI em Portugal?

A este respeito, lembraria unicamente que nos Censos de 1981, e por isso cinco anos após a criação da primeira UTI entre nós, de acordo com os dados que me foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, 26,35% da população residente em Portugal (9833014) não sabiam nem ler nem escrever e que 47,62%

¹¹ Cf. *id.*, *ibid.*

¹² HARROIS-MONIN, F.; ROUZÉ, M. – *Dyslexie: De petites anomalies cérébrales*, in “Science & Vie”, n.º 767, août 1981, pp. 43-48 (p. 43).

¹³ Cf. dados disponíveis na web em <http://luisjacob.planetaclix.pt/maisdados.htm>, na secção *Números*, subsecção *Demografia*, p. 2, visitada em 24 de Fevereiro de 2003.

¹⁴ Cf. semanário *Expresso*, p. 24, de 13 de Maio de 2000.

¹⁵ Ver pp. 2 e 1 da fonte mencionada na nota 13.

dessa mesma população possuíam unicamente 4 anos de escolaridade. Somente 2,64% da população residente então no nosso país detinham cursos superiores. Se estes dados não contribuírem para mais nada, podem no mínimo ajudar-nos a ter uma ideia do perfil do “aluno” que teria procurado a primeira UTI portuguesa e a compreender que não se podem esperar ofertas totalmente idênticas por parte das mais variadas UTI criadas nos diferentes países. A política de cada país, as suas realidades sociais e culturais e ainda as suas infra-estruturas moldarão inevitavelmente a estrutura, a forma organizacional, os objectivos e as ofertas destas instituições¹⁶.

Se não foram precisos sete anos para que passassem a existir 52 UTI em França a partir da criação da primeira em Toulouse, temos de admitir que Portugal teria de esperar mais de 25 anos após a criação da primeira UTI para poder perfazer a cerca de meia centena de UTI que possui neste momento.

II

Portugal conta hoje efectivamente com um número de UTI próximo das cinco dezenas. Quatro ainda estão em vias de formação, situando-se uma delas em território insular¹⁷. Encontram-se localizadas um pouco por todo o país mas mais especialmente no Norte e no Algarve, se considerarmos à parte as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O número de alunos inscritos é da ordem dos oito mil.

A primeira UTI surge nos anos 70 do século XX e, desde então, o seu número tem conhecido um aumento progressivo, registando-se, por coincidência ou não, um aumento especialmente significativo durante os anos 90 desse século¹⁸, década em que, como sabemos, foi dedicada uma maior atenção ao idoso e à educação ao longo da vida.

As UTI portuguesas foram criadas pela sociedade civil e não pertencem ao ensino escolar regular. Também não pertencem às universidades tradicionais, se bem que existam UTI que celebraram, por razões que deixarei em aberto, protocolos com algumas universidades tradicionais. Seguem, portanto, os princípios básicos do ensino informal. Por lei, não podem nem avaliar nem certificar. Contudo, convém

¹⁶ STADELHOFER, C. – *Europäische Bildungs-Netzwerke und ihre Bedeutung für die Seniorenbildung am Beispiel des Europäischen Netzwerkes “Learning in Later Life” (LILL)*. Conferência apresentada no I Seminário Internacional sobre Programas Universitários para Maiores, Granada, 17 y 18 de Diciembre de 1999. Versão policopiada, 8 pp. (p. 2).

¹⁷ Informação obtida no II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores, organizado pela Universidade Sénior de Almeirim, Almeirim - Santarém, 20 de Março de 2003.

¹⁸ Ver JACOB, L. – *Caracterização das UTI's*. Estudo distribuído no II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores, Universidade Sénior de Almeirim, Almeirim e Santarém, 20 de Março de 2003. Versão policopiada, 9 pp. (p. 6).

talvez adiantar que me foi dito que os alunos das UTI não desejam ser avaliados porque já o foram ao longo das suas vidas e não pretendem continuar a sê-lo.

No tocante à oferta na generalidade das UTI, pode dizer-se que, entre as variadíssimas possibilidades existentes, os seniores podem escolher cursos livres sobretudo na área das humanidades, da sociologia, das línguas estrangeiras, da leitura e escrita criativas, da saúde e das artes (plásticas). Algumas contam ainda, nos seus programas, com iniciativas na área das novas tecnologias da informação e da comunicação e com conferências sobre temáticas actuais. De um modo geral, dispõem também de actividades como a ginástica, a natação, o teatro, o canto coral, a música e os trabalhos manuais ou labores. As viagens de estudo no país ou no estrangeiro constituem igualmente objecto de possível oferta. A publicação regular de revistas ou de outros tipos de periódicos pode também ser referida como uma forma de marcarem a sua presença. A diversidade de níveis de escolaridade dos alunos que frequentam estas instituições, desde licenciados ou detentores de outros graus académicos a indivíduos que possuem unicamente a antiga 4.^a classe, condicionará naturalmente os respectivos projectos. Depreende-se, porém, do elenco de ofertas exposto que os alunos das UTI estão tão interessados em aprender como em conviver.

Relativamente às pessoas que ensinam nas UTI, algumas são profissionais e recebem por consequência honorários simbólicos ou não e outras, a maioria, trabalham em regime de voluntariado. A combinação das duas modalidades é também uma realidade e pode mesmo dar-se o caso de alguns alunos serem simultaneamente professores em áreas da sua especialidade. Os professores das UTI não precisam de possuir qualquer formação pedagógica destinada à população sénior para exercerem essas funções. Será importante referir, nesta oportunidade, que de momento também não existe no nosso país quem dê formação a quem deseje ensinar os seniores.

Algumas das UTI têm existência autónoma e outras estão ligadas quer à Santa Casa da Misericórdia, quer a associações, a centro paroquiais ou a centros sociais. Estas últimas podem receber apoios da Segurança Social, dos poderes locais, da Igreja ou de entidades privadas.

A vitalidade das UTI portuguesas é bem evidente se considerarmos, para além do que já foi referido, a criação, em 1998, da Federação Portuguesa das Universidades, Academias e Associações para a Terceira Idade (FEDUATI) que já incluía 10 UTI em Março de 2003¹⁹.

¹⁹ Para mais pormenores em torno da caracterização das UTI, consultar JACOB – *Caracterização das UTI's...*

III

Enquanto professora universitária consciente de que as universidades tradicionais já deveriam ter oferecido programas universitários para seniores, algo que ainda não fizeram, tenho de reconhecer que, num país como Portugal, as UTI desempenham um papel relevantíssimo. E, nesta ocasião, gostaria de me referir, de uma maneira muito especial, às UTI que contam entre o seu corpo discente pessoas com níveis de escolaridade que podemos considerar baixos. Ora, o facto de estas pessoas encontrarem locais que lhes permitam manter em exercício (ou incentivar) a sua actividade intelectual de acordo com a sua preparação constitui um investimento inestimável para um país que pretenda propiciar a melhor qualidade de vida intelectual aos seus idosos daí tirando os benefícios correspondentes.

Quanto às UTI frequentadas por pessoas portadoras de graus académicos superiores, terei de admitir que, se estas pessoas se sentirem satisfeitas com a oferta que lhes é disponibilizada e se não questionarem a falta de preparação pedagógica específica dos seus professores, o papel destas instituições está com certeza a ser integralmente cumprido.

Penso que o exposto mostra com clareza que a realidade portuguesa pode ser distinta de outras realidades e que só podemos estar gratos à sociedade civil – independentemente da opinião que possamos ter no tocante às ofertas existentes – por tudo o que tem feito para que a nossa situação actual seja o que é em termos de instituições que se preocupam com a ocupação dos tempos livres dos seniores. Quer isto dizer que, no nosso país, não foi o Estado, ao contrário do que se terá passado noutros países, que tomou a iniciativa de chamar a si a “educação” dos seniores instigando, por exemplo, à criação de programas universitários para essa população nas universidades públicas tradicionais. Por sua vez, as universidades privadas também não ofereceram nem oferecem quaisquer tipos de programas universitários para o público em causa. Esta atitude da universidade tradicional portuguesa pode encontrar justificação no facto de a partir de 1974, em virtude da situação educacional herdada, se eleger como prioritária a educação das populações mais jovens. Lembro, a este propósito, que à data da Revolução o ensino superior apresentava uma taxa de participação de cerca de 6 a 7% da população portuguesa em idade compreendida entre os 18 e os 24 anos e que só em meados da década de 90 do século passado se chegou a uma percentagem próxima dos 40% na faixa etária entre os 20 e os 24 anos²⁰. Por outro lado, como já foi referido, o número de

²⁰ CIPES – *Previsão da evolução do número de alunos e das necessidades de financiamento. Ensino Superior – 1995 a 2005*. Trabalho de investigação realizado pelo Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES) da Fundação das Universidades Portuguesas. Fevereiro de 1999. Versão policopiada, 60 pp. (p. 2).

idosos em Portugal não era então – nos anos 70 do século XX – significativo ao ponto de levar a accionar com alguma prioridade políticas educativas que tivessem os seniores como público-alvo.

Nos nossos dias, e mais particularmente a partir deste ano, a situação tornou-se totalmente distinta. O número de aposentados não só aumentou mas também se verificou que a aposentação foi requerida por uma população menos idosa. Além disso, tudo leva a crer que não estamos perante aposentados que apresentem, na generalidade, uma escolaridade baixa. Entre eles, contam-se seguramente muitos licenciados, ou mesmo pessoas com habilitações académicas superiores, e muitos funcionários que pertenciam a quadros técnicos. Trata-se pois de uma população que apresenta uma instrução que obrigará indubitavelmente a uma oferta de programas para seniores muito mais exigente no caso de ela pretender frequentar esses programas. Vemo-nos, por conseguinte, confrontados com um tipo de população aposentada mais jovem e mais instruída.

Paralelamente, verifica-se que as universidades tradicionais começam a ter necessidade de abrir as suas portas a públicos novos, em resultado das tendências demográficas que se têm verificado na nossa sociedade. Ora, esta recente vaga de aposentados – mais jovens e mais escolarizados – poderá constituir um novo tipo de público universitário que passa a representar um interessante desafio do ponto de vista *pedagógico* para as universidades tradicionais. Por outros termos, este novo público pode fazer alterar a oferta de programas para seniores existente entre nós até hoje obrigando quem os orienta e ministra a uma preparação (científica) que se adegue à resposta *pedagógica* desejada. Não obstante o ensino destinado aos seniores em geral, independentemente da sua escolaridade, exigir, em meu entender, uma preparação científica especial, esta nova vaga de aposentados portadores, em média, de uma instrução seguramente superior à até aqui registada faz olhar noutra óptica a oferta que possa vir a ser destinada à população em questão, implicando naturalmente alterações de ordem qualitativa a vários níveis. Mais uma vez, estamos perante a necessidade de considerar projectos em função do tipo de procura das populações tendo em atenção as suas características.

Aqueles que questionam a pertinência do uso do termo “universidade” quando estão em jogo as UTI fazem-no porque entendem que “la qualité «universitaire», elle doit [...] dans son essence véhiculer les trois attributs caractéristiques de toute université.”²¹, *i.e.*, o ensino, a pesquisa e o serviço à comunidade.

²¹ LEMIEUX, A. – *La gérontagogie ou l'éducation des personnes âgées à l'université de l'an 2000*, in GUIRAO, M.; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, M. (eds.) – *La oferta de la gerontagogía. Actas del Primer Encuentro Nacional sobre Programas Universitarios para Mayores*, Granada, Grupo Editorial Universitario, Publicaciones del Aula Permanente de Formación Abierta, 1998, pp. 199-234 (p. 226).

Ora, os que se têm dedicado ao estudo da génese histórica das instituições destinadas ao “ensino” dos seniores dão-se conta de que os objectivos dessas instituições não são da mesma ordem, levando-os a considerar a existência, no século findo, de três gerações de modelos de programas oferecidos até hoje por essas instituições.

A primeira geração, que os estudiosos datam dos anos 60, corresponde a um modelo de serviços educativos (cf. os “Elderhostels”) mais da ordem do convívio cultural com o objectivo de ocupar as pessoas da terceira idade e de lhes facilitar as relações sociais²². Este modelo, de acordo com Lemieux²³, embora tivesse lugar num ambiente universitário, não oferecia um tipo de ensino necessariamente universitário. Por outras palavras, a formação que era dada não era sempre de nível universitário e poderia mesmo ser assegurada por outros agentes educativos²⁴.

A segunda geração, que data dos anos 70, tinha sobretudo como objectivo melhorar o bem-estar mental do idoso por meio de actividades culturais consideradas de interesse e desenvolver a sua capacidade de intervir socialmente. Nestas circunstâncias, a pessoa de idade assiste a conferências e debates animados por professores ou pelos seus próprios pares²⁵. Está em causa um tipo de actividade educativa que não se reveste de características especificamente universitárias. Segundo Lemieux²⁶, “[c]ette préoccupation n’est pas tellement disparue et certains sociologues prétendent encore, aujourd’hui, que l’éducateur des personnes âgées n’a d’autre but que d’en faire des agents de changement social (...)”. No fundo, como este autor sugere, um programa com a configuração indicada poderia perfeitamente estar a cargo de uma associação literária ou de um clube social²⁷.

Finalmente, a terceira geração, que data dos anos 80, desenvolveu-se no sentido de se aproximar das três características de qualquer universidade tradicional: o ensino, a pesquisa e o serviço à comunidade em que se encontra inserida. Esta geração procura dar resposta a uma população da “terceira idade” cada vez mais jovem e mais escolarizada que começa a exigir cursos que possam ser reconhecidos. Surge assim a ideia de organizar programas conducentes a um diploma, muito

²² Cf. *id.*, p. 227.

²³ LEMIEUX – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité...*, p. 36.

²⁴ Cf. *id.*, *ibid.*

²⁵ Cf. LEMIEUX – *La gérontagogie ou l’éducation des personnes âgées...*, p. 227, assim como LEMIEUX, A. – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité...*, p. 36.

²⁶ LEMIEUX – *La gérontagogie ou l’éducation des personnes âgées...*, p. 227.

²⁷ Cf. LEMIEUX – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité...*, p. 36.

embora esses cursos possam também ser frequentados, a título livre, por aqueles que não pretendem ser avaliados²⁸.

Perante estes três modelos de instituições destinadas ao ensino/(convívio) dos seniores, é meu entendimento que, tendo em mente a nossa realidade em termos de idades, níveis de escolaridade e interesses pessoais e regionais, teremos de admitir que a sua coexistência é perfeitamente possível e até mesmo desejável bem como a colaboração que se possa estabelecer entre esses diferentes modelos, contribuindo cada um com as suas potencialidades.

As UTI existentes actualmente no nosso país, apesar de não corresponderem a programas universitários para seniores e de não se encontrarem sediadas nas universidades tradicionais, dão perfeitamente resposta, em minha opinião, aos objectivos traçados pelas duas primeiras gerações atrás descritas. Resta-nos portanto preparar a terceira geração, aquela que pretende ir ao encontro dos três atributos das verdadeiras universidades, contando com o empenhamento das universidades tradicionais públicas ou privadas, tomando como base a formação científico-pedagógica que os programas universitários desta terceira geração requerem, mas não fazendo evidentemente *tábua rasa* do que já se fez, entre nós, neste domínio. Não será, mesmo, de pôr de parte a existência de parcerias entre instituições correspondentes às três “gerações” apontadas.

Com efeito, todos aqueles que já têm ou desejam vir a ter a seu cargo iniciativas destinadas à população sénior não poderão ignorar que, nos dias de hoje, cada vez se exige mais profissionalismo em todas as áreas de intervenção. O estudo da população em causa, nas mais variadas vertentes, torna-se um necessário para quem a elege como destinatário das suas iniciativas.

No que às UTI portuguesas existentes diz respeito, embora seja necessário estar consciente dos seus principais objectivos, devem também ter-se presentes a pertinência e a semântica do termo “aprender” relativamente à população que as frequenta e não se devem ignorar os métodos que mais se lhe adequam.

Será que as expectativas de todos os alunos das UTI coincidem com as do aluno típico do nosso sistema de ensino regular?

Será que do professor destinado ao ensino do sénior não se terá de exigir outro tipo de formação e de modo de actuar?

²⁸ No tocante a tudo o que foi referido sobre a génese histórica das UTI, ver LEMIEUX – *La gérontagogie ou l'éducation des personnes âgées...*, pp. 226-227, e LEMIEUX – *La gérontagogie: Une nouvelle réalité...*, p. 36.

Será que as matérias não terão de ser apresentadas de uma forma mais condizente com o potencial cognitivo, emocional e vivencial/experiencial da população em questão?

Será que é a ciência – a resolução de problemas/o “problem-solving” – que interessa aos seniores?

Não terá antes de se eleger uma orientação que privilegie a sabedoria²⁹ (o questionamento/o “problem-finding”)?

Nesta área, como noutras, é preciso conhecer bem o “objecto” de estudo para poder trabalhar com ele da forma mais apropriada. A investigação torna-se assim fundamental quando se pretende investir no “ensino/aprendizagem” do sénior.

Os projectos internacionais serão naturalmente da maior utilidade também nesta área. A troca de conhecimentos com outros países que já trabalham há mais tempo com outros meios, com outros ritmos e com outras condições e/ou infra-estruturas no ensino da terceira idade evitará, por exemplo, que se repitam experiências a todos os títulos reprováveis e permite que se arranque ou se prossiga a partir de níveis de actuação menos básicos.

A vivência em rede – mesmo no interior do país – tem de passar a fazer parte dos nossos hábitos. Habitue-mo-nos pois a partilhar experiências e a aceitar com naturalidade não só elogios mas também críticas ou recomendações.

A qualidade do empenhamento de que se revestir hoje a actuação nesta área terá seguramente amanhã repercussões inestimáveis em variadíssimas frentes. Não tenho dúvidas, no entanto, de que os modelos das UTI existentes em Portugal contribuem já de uma maneira muito particular e digna para assegurar a qualidade de vida intelectual, emocional e social que tanto os longevos como o país ambicionam.

O futuro, porém, não cessará de nos suscitar respostas cada vez mais ajustadas aos desafios que nos vão ser incessantemente colocados também neste domínio.

Teremos, por conseguinte, de nos ir preparando desde já.

²⁹ A sabedoria [“wisdom”], segundo STERNBERG, R. J. – *Understanding wisdom*, in: STERNBERG, R. J. (ed.), *Wisdom. Its nature, origins, and development*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp. 3-9 (p. 6), “lies not in what a person knows, but rather in how the person uses the knowledge he or she has.”

Agradecimentos

As informações obtidas acerca das UTI portuguesas que tomei como base para escrever este texto têm origem não só no estudo intitulado “Caracterização das UTI’s”, distribuído no *II Encontro Nacional de Universidades e Academias Seniores*, organizado pela Universidade Sénior de Almeirim, Almeirim - Santarém, 20 de Março de 2003, mas também nos contactos pessoais tidos com a Senhora D. Teresa Mota, representante da Direcção da Universidade Autodidacta e da Terceira Idade do Porto, e com o Dr. Luís Jacob, Director da Universidade Sénior de Almeirim, responsável pelo estudo supramencionado. A ambos, deixo a expressão da minha gratidão.

Agradeço ainda ao meu colega João Veloso os comentários feitos a este texto.

Maria da Graça L. Castro Pinto